

## **Desenvolvimento Territorial e Economia Solidária: das concepções e práticas entre o Estado brasileiro e os coletivos organizados no Território do Sisal-BA**

JAMILLE DA SILVA LIMA\*

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo compreender os efeitos da apropriação e usos dos conceitos de desenvolvimento territorial e economia solidária disseminados pela política dos “Territórios Rurais” entre os coletivos sociais organizados no Território do Sisal. Inicialmente, empreendemos uma discussão conceitual, no sentido de analisar as bases teóricas que orientam os princípios e metodologias do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Essa etapa teórica contribuiu na elucidação do panorama conceitual fundamentado nos documentos oficiais do PRONAT e subsidiou a análise empírica do arranjo espacial definido pelo novo recorte de planejamento e intervenção estatal, chamado Território do Sisal. Nessa perspectiva, analisamos a ressonância entre as fundamentações teórico-metológicas da política territorial e as concepções e ações dos coletivos organizados no Território do Sisal. Este estudo se sustenta numa pesquisa documental (documentos eletrônicos referenciais da atual política territorial) e numa pesquisa de campo (entrevistas realizadas com os líderes das organizações de maior representatividade política e atuação no Território do Sisal). O estudo aponta que a proposta de desenvolvimento territorial do MDA, apresenta acentuados limites, ainda que se proponha a descentralização das políticas públicas e a abordagem não-setorial do desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Territorial; Economia Solidária; Coletivos Sociais Organizados; Território do Sisal.

**Abstract:** This work aims to understand the effect of the appropriation and uses of the following concepts: territorial development and solidary economy spread by the “Rural Territories” policy, organized in the sisal territory. First of all, there will be a conceptual discussion, to analyze the theoretical background that guide the postulate and methodology of the Rural Territories’ Sustainable Development Program, created by the Agricultural Development Ministry and the Territorial Development Secretary. This theoretical stage contributed to clarify the conceptual overview based on the official documents of the Rural Territories’ Sustainable Development Program and gave the empirical analyses of the special arrangement defined by the new point of view of planning and state intervention called Sisal Territory. In this perspective, the analysis will focus on the relation between the methodological-theoretical substantiation and the concepts and actions of the collective organized in the Sisal Territory. This study is based on a documental research (electronic documents about the actual territorial policy) and in a field work (interviews with the leaders of the most politically representative organization in the Sisal Territory). The study shows that the purpose of the territory development presents remarkable limits, although it proposes the decentralization of the public policies and the development’s non-sectorial approach.

**Key words:** Territorial Development; Solidary Economy; Organized Social Collective; Sisal Territory.

---

\* JAMILLE DA SILVA LIMA é Graduada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia e especialista em Dinâmica Territorial e Socioambiental pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

## Introdução

O tema do desenvolvimento parece encontrar fôlego renovado no Brasil, seja no âmbito acadêmico, com a produção de novas adjetivações ao clássico conceito da economia, seja pelas novas propostas de sua aplicação na esfera das políticas governamentais.

Reclama-se uma perspectiva de desenvolvimento multidimensional, descentralizada, de caráter endógeno e que valorize as redes sociais e o envolvimento da sociedade no processo de planejamento e gestão das políticas públicas. Nesse percurso, o conceito de desenvolvimento acompanhado do qualificativo territorial passou a ser amplamente defendido, sob a prerrogativa de apresentar correspondência com esses anseios.

A abordagem territorial do desenvolvimento ganhou força e operacionalidade nos estudos acadêmicos, nas formulações de planos e diretrizes de órgãos governamentais, bem como nos documentos e discursos da sociedade civil. Sua difusão deve-se, sobretudo, a política territorial adotada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir do ano de 2003. Desde então tem sido propagada as benesses dessa abordagem na promoção do almejado desenvolvimento, utilizando-a como suporte na fundamentação teórico-metodológica das políticas públicas.

A disseminação e uso desse conceito, associado à idéia de economia solidária motivaram os intentos dessa pesquisa, que tem por objetivo central compreender os efeitos da apropriação e usos dos conceitos de desenvolvimento territorial e economia solidária disseminados pela política brasileira de desenvolvimento rural entre os coletivos

sociais organizados<sup>1</sup> no Território do Sisal. Para dar conta desse propósito buscamos realizar, a grosso modo, dois movimentos: inicialmente discutimos o conceito de desenvolvimento territorial e economia solidária, identificando e problematizando a vertente propositiva e operacional que alicerça a política territorial do Estado brasileiro. Em seguida, analisamos como os conceitos usados nessa política influenciam as concepções e as práticas dos coletivos sociais organizados no Território do Sisal.

## Desenvolvimento territorial e economia solidária: aproximações conceituais

A apreciação da literatura aponta que majoritariamente os pesquisadores defendem o conceito de desenvolvimento territorial, na crença de que este é um notável avanço na própria noção do desenvolvimento, já que convida a valorização da dimensão espacial nos processos de planejamento das políticas públicas, a partir do estreitamento da relação entre Estado-Sociedade e do olhar híbrido e multidimensional sobre o então chamado território. A partir da literatura, é possível constatar que a adição do qualificativo territorial ao conceito de desenvolvimento está relacionada a basicamente três argumentos: a) renúncia à ação verticalizada do poder público, que passa a estimular a descentralização e participação social no processo de elaboração e gestão das políticas públicas; b) perspectiva híbrida do

<sup>1</sup> Estamos empregando a expressão coletivos sociais organizados no sentido adotado por Coelho Neto (2010), enquanto ações coletivas institucionalizadas, que são desenvolvidas em concerto, ou seja, no sentido em que refletem o acordo entre pessoas ou entidades em vista de um objetivo determinado.

desenvolvimento entre as dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional, em contraposição as abordagens setoriais que acabavam excluindo as parcelas historicamente negligenciadas na sociedade brasileira; c) valorização das raízes histórico-geográficas do território, das redes sociais e de solidariedade, enquanto processos endógenos de desenvolvimento.

Dessa forma, o desenvolvimento territorial torna-se uma estratégia necessária a ascensão dos grupos historicamente excluídos, numa visão integradora do espaço, da sociedade, mercados e políticas públicas, tendo ainda na equidade, no respeito à diversidade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas, como ingredientes para alcançar uma maior coesão social e territorial (MDA, 2005b e 2005c).

Um dos caminhos para sustentar a exequibilidade desse projeto político do Estado brasileiro, é a valorização do conceito/idéia de economia solidária. Entre as diversas maneiras de interpretar esse fenômeno, está o entendimento de que a economia solidária viabiliza o desenvolvimento territorial, como destaca Vasconcelos (2007), e se constitui como alternativa econômica e social que suplanta o modelo individualista e perverso do capitalismo em favor da instituição dos princípios da democracia e da solidariedade, conforme propõe Singer (2003).

O conceito de economia solidária está centrado no estabelecimento de redes sociais horizontais, baseadas nos princípios de reciprocidade e cooperação, o que se constitui numa das diretrizes perseguidas pelo Programa

Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

Segundo análise dos documentos oficiais da SDT/MDA e principalmente da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a economia solidária corrobora para a promoção do desenvolvimento territorial (MDA, 2005b), sendo ela própria uma política de desenvolvimento.

Segundo esse prisma, a economia solidária não deve ser confundida como política social compensatória, pois ela faz parte de um ousado projeto político de reorganização da vida produtiva da sociedade, almejando a sustentação de experiências associativas sem a presença da mercantilização do trabalho, mobilizada por uma racionalidade produtiva submersa nas relações sociais (SINGER, 1997).

O termo economia solidária é recente e ainda disputa com outros conceitos, a condição de abrigar conceitualmente as organizações regidas pelos princípios da solidariedade, tais como cooperativismo popular, economia popular e solidária, socioeconomia solidária, dentre outros (PAULI, 2009). Aqui, como não objetivamos problematizar os conflitos conceituais entre os termos, adotamos o conceito/expressão economia solidária, pela sua maior abrangência, disseminação e uso em relação aos outros termos, e principalmente porque este é o termo utilizado no nível institucional das políticas públicas de desenvolvimento.

As discussões sobre economia solidária no Brasil, especialmente as concepções adotadas pelo Estado, encontram apoio predominantemente nas idéias de

Euclides Mance e Paul Singer<sup>2</sup>. O primeiro autor incorpora elementos filosóficos da teoria da complexidade, da cibernética e da filosofia da libertação para destacar as possibilidades de emergência de uma sociedade pós-capitalista, fomentada pela revolução das redes solidárias. Essa sociedade, mencionada pelo autor “[...] não se confunde com algum cooperativismo capitalista, com qualquer variação anarquista ou com o socialismo estatal”, mas em sua constituição “[...] absorve elementos das mais variadas propostas emancipatórias gestadas na história dos oprimidos e grande parte dos recursos tecnológicos desenvolvidos pela presente sociedade capitalista” (MANCE, 1999, p. 14)

Singer, por sua vez, parte de um viés marxista e das idéias cooperativistas de Owen<sup>3</sup> para discutir o papel do cooperativismo no mundo do trabalho, na reestruturação da vida societária e na fundamentação das políticas públicas brasileiras, criticando a centralização e verticalização das ações Estatais. Para Singer, a economia solidária é “*mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar*, ela é “uma alternativa superior ao capitalismo” (SINGER, 2002, p. 114, grifos do autor).

Essas proposições são bastante férteis para pensar os planos de desenvolvimento atualmente implementados no Brasil, sobretudo, tratando-se do enfoque territorial. Ao

<sup>2</sup> Paul Singer atualmente é Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil.

<sup>3</sup> Pensador considerado como socialista utópico, foi criador das primeiras sociedades cooperativas. Estimulou o surgimento de várias experiências cooperativas, como alternativas ao modelo capitalista de produção.

valorizar a descentralização do planejamento, a inclusão social e a autogestão, a concepção de desenvolvimento territorial coaduna com os propósitos da economia solidária, tornando este impulsionador daquele, como propôs Vasconcelos (2007).

Desse modo, a idéia de economia solidária é considerada como fundamentalmente importante para a promoção do desenvolvimento territorial (ARAÚJO et al., 2005), constituindo-se num instrumento que pode fomentar a geração de um conjunto de normas e valores, tendentes a criar laços de confiança que propiciem ou facilitem a consecução de objetivos comuns e, concomitantemente, permitam o estabelecimento de novas relações horizontais (VASCONCELOS, 2007).

Esses entendimentos nos parecem centrais, na medida em que nos propomos analisar as concepções de desenvolvimento territorial e economia solidária disseminadas pela política de desenvolvimento rural do atual governo brasileiro e os efeitos da incorporação imbricada desses conceitos pelos coletivos sociais organizados no recorte espacial denominado Território do Sisal.

### **Política de desenvolvimento territorial e coletivos sociais no Território do Sisal: relações e confluências**

As diretrizes gerais instituídas nos documentos que fundamentam a implantação dos Territórios Rurais<sup>4</sup>,

<sup>4</sup> A nomenclatura “Territórios Rurais” foi instituída pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, definindo-o como “um espaço geograficamente definido, caracterizado por critérios multidimensionais tais como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições. Possui população formada por

têm repercutido no Território do Sisal<sup>5</sup> de uma maneira singular e notória. A aderência desse “Território” à proposta da atual política territorial brasileira ganhou destaque em escala nacional, sendo ele apresentado como uma experiência exitosa de organização e cooperativismo, conforme publicações do MDA (2005a).

Os coletivos sociais organizados que atuam no Território do Sisal, têm incorporado com facilidade as concepções e proposições da política territorial do Estado, principalmente os conceitos de desenvolvimento territorial e economia solidária, abordados neste estudo. O Movimento de Organização Comunitária (MOC), por exemplo, desde 2005, criou um projeto especial de apoio as ações dos Territórios Rurais e deste desmembrou um sub-programa intitulado “Desenvolvimento Territorial”. Esse projeto tem apoio direto da SDT/MDA e “o MOC vem assumindo a responsabilidade de realização de inúmeros eventos de formação, debates e negociações de políticas voltadas para o desenvolvimento dos Territórios Rurais baianos”<sup>6</sup>, sobretudo no Território do Sisal, seu campo de maior atuação.

A Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia (ARCO Sertão) também tem incorporado a idéia de desenvolvimento

---

grupos sociais relativamente distintos que se interrelacionam interna e externamente por meio de processos caracterizados por um ou mais elementos que indicam identidade, coesão e sentido de pertencimento”. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/territoriosrurais/2635368>. Acesso em 06.06.2011.

<sup>5</sup> O Território do Sisal foi delimitado a partir da política territorial do MDA/SDT em ação colegiada com a sociedade civil organizada, sendo constituído por 20 municípios do semiárido baiano.

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.moc.org.br>. Acesso em 05.05.2010.

territorial, mas, principalmente, o conceito de economia solidária, denominando, inclusive, as associações e cooperativas a ela filiadas, de empreendimentos da economia solidária, conforme nomenclatura utilizada pela SENAES e pela SDT. A utilização desse termo é muito comum nos documentos (estatutos, projetos e planos de comercialização) de outras organizações que atuam no Território do Sisal, a exemplo da Rede de Produtoras da Bahia.

Mas, a incorporação e reprodução dos conceitos não é um processo meramente mecânico. Os coletivos sociais, no Território do Sisal, reproduzem as idéias defendidas pelo governo federal motivados, principalmente, pelo seu contexto político-econômico específico e pelas próprias ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro. Nessa perspectiva, os conceitos de desenvolvimento territorial e economia solidária têm sido incorporados, devido a basicamente três fatores:

**a) Valorização da política territorial do MDA:** o Território do Sisal é historicamente marcado pelas ações clientelistas e paternalistas. Dessa forma, o fomento a participação da sociedade civil no processo de planejamento e gestão das políticas públicas, representa uma conquista muito salutar, sobretudo para os sujeitos sociais que têm ajudado a reescrever a história regional. Entretanto, mesmo cientes que o direito à participação política não é uma benesse do Estado, é comum que vários segmentos da sociedade civil no Território do Sisal, enalteçam a política territorial do MDA, uma vez que defender, principalmente as propostas do PRONAT, consiste numa maneira legal de resistir e opor-se às oligarquias políticas locais/regionais, bem como de enfatizar seus princípios

de horizontalidade e participação na gestão pública.

**b) Ações de fomento do MDA:** o MDA através de suas ações estratégicas de estímulo ao desenvolvimento territorial cria diversos programas e publica muitos editais para a seleção de projetos, com o objetivo de “beneficiar” aqueles considerados animadores(as) e assessores(as) das dinâmicas territoriais, como por exemplo, líderes de movimentos sociais, sindicatos, organizações não-governamentais, entre outros. Mas, para que estes possam beneficiar-se pelos referidos programas e/ou para participarem dos processos seletivos instituídos pelos editais, é necessário atentar as exigências normativas, técnicas e conceituais estabelecidas pelo governo federal, especificamente pelo MDA. Essas exigências acabam estimulando e induzindo os coletivos sociais a coadunarem com as diretrizes estabelecidas. Muitas vezes, na ânsia em beneficiar-se das ações orçamentárias, instituídas por esses editais, os coletivos sociais absorvem as concepções empregadas pela SDT/MDA sem a devida reflexão das diretrizes propostas.

**c) Necessidade de inserção no mercado:** o contexto socioeconômico do Território do Sisal, que caracteriza-se por apresentar indicadores socioeconômicos bastante desfavoráveis<sup>7</sup>, denuncia os problemas

<sup>7</sup> Esse território apresenta elevadas taxas de concentração de renda e indigência, e baixos índices de escolarização e de desenvolvimento humano (IDH). “Os indicadores de desenvolvimento econômico (IDE) e, sobretudo, de desenvolvimento social (IDS), elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), para o ano de 2006, situa o ‘Território do Sisal’ na classe de área com pior desempenho no estado” (COELHO NETO, 2010, p. 310).

financeiros enfrentados pelas organizações sociais em seu processo de estruturação e atuação. Nesse Território, a maioria das entidades civis<sup>8</sup> sobrevive com o ínfimo, enfrentando entraves econômicos constantemente. Essa carência de recursos financeiros e de condições básicas necessárias ao seu funcionamento, levam as organizações a identificar-se com a proposta do desenvolvimento territorial, quando esta apresenta-se como participativa, solidária, descentralizada e que defende a inclusão social e a coesão territorial.

As necessidades financeiras emergenciais impulsionam os coletivos sociais organizados a assumirem a bandeira da economia solidária, sendo ela entendida como forma de viabilizar a sobrevivência econômica dos excluídos do capitalismo, como propôs Singer (2002) e os documentos nacionais que tratam desse tema:

**A economia solidária é tudo, porque se não for através dela, o agricultor não tem como vender o produto.** A economia solidária é intercâmbio, solidariedade, é uma forma de pensar no grupo. E aí você pensa na promoção do desenvolvimento do Território (Representante da FATRES, em 20.05.2010, grifo nosso).

Nesse sentido, a análise do discurso, das ações e documentos elaborados pelos coletivos sociais organizados que atuam no Território em foco, ratificam continuamente a estreita relação desses com as concepções basilares da política territorial implementada pelo Estado. Desenvolvimento territorial e economia

<sup>8</sup> A palavra entidade é utilizada neste trabalho, segundo compreensão do Dicionário Aurélio, significando: a) uma sociedade ou associação juridicamente constituída para um determinado fim; ou b) empresa, organização, instituição (FERREIRA, A. B. de H. Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa).

solidária são conceitos/idéias que recentemente passaram a fazer parte do coro dessas organizações da sociedade civil, que parecem não perceber o sentido da racionalização institucional intrínseco a essa política territorial, como aponta as pesquisas de Cunha, Paulino e Meneses (2009) sobre uso desses conceitos enquanto estratégia de modernização. Para esses autores a abordagem territorial, teoricamente multidimensional, é uma forma do Estado fazer uso do conceito de território e outros termos a ele relacionados, para garantir legitimidade científica e política ao seu projeto modernizador. O foco nos mais pobres e o uso desses conceitos transfiguram o Estado para escapar-lhe a crítica e esconder suas características principais e suas patentes contradições.

Ainda que os coletivos sociais organizados, interpretem esses conceitos e atribuam significações próprias, não se consegue desvencilhar-se da ideologia que alicerça essas conceituações. Entre esses coletivos, já é consenso acreditar que o MDA é um grande parceiro e suas ações na promoção do desenvolvimento territorial são exitosas para a dinâmica sociopolítica da própria sociedade civil.

Todavia, a convergência entre as propostas e concepções do MDA e os coletivos sociais no Território do Sisal, desencadeia sérias implicações políticas, pois, sem dar-se conta, eles podem estar nutrindo as aspirações excludentes de um Estado neoliberal. Segundo Dagnino (2004), o estreitamento entre Estado e sociedade civil, pode constituir-se numa confluência perversa, visto que o alargamento da democracia, que se manifesta na criação de espaços públicos, bem como na crescente participação da sociedade no processo

de gestão das políticas públicas, pode tornar-se uma estratégia do Estado em alavancar seus intentos neoliberais.

Os perigos dessa confluência entre o Estado e a sociedade civil verificam-se no processo de operacionalização da idéia de economia solidária. Os coletivos sociais organizados que atuam no Território do Sisal estão atentos ao princípio de solidariedade e a significação política que funda a economia solidária. Porém, eles já sinalizam insatisfação com as proposições do Estado. A seguir, elencamos alguns entraves identificados pelos próprios coletivos sociais para viabilizar a economia solidária: a) as políticas de estímulos a economia solidária são insuficientes e não atendem a demanda social; b) os empreendimentos econômicos solidários ainda não conseguem “competir” no mercado, mesmo com a existência de um Estado afirmando apoiar a economia solidária; c) o aparato burocrático do Estado impede a circulação contínua dos produtos, pois as organizações sempre ficam a mercê das deliberações orçamentárias estatais; d) os recursos disponibilizados pelo governo para o fomento da economia solidária são esporádicos e impedem a realização de atividades sistemáticas, mesmo quando se trata da contratação de técnicos para acompanhar agricultores rurais.

É interessante analisar o sentido da palavra competir descrita acima, pois ela é marcante no discurso dos coletivos sociais em tela. A ênfase nessa palavra nos permite fazer duas análises: a primeira é que os coletivos sociais continuam sentindo-se marginalizados no sistema capitalista por não ter igualdade para competir no mercado, mesmo dizendo fazer parte de uma nova proposta de organização social. A

segunda análise é de que a idéia de competição não foi suplantada na prática daqueles que defendem a economia solidária.

Nesse caso, as contribuições de Vainer (2000), ganham força e materialidade. A tese de que o termo economia solidária é uma expressão muito ambiciosa e contraditória é bastante pertinente. Para o autor, a terminologia “economia solidária é por si só um oxímoro” (VAINER, 2000, p. 45), sendo melhor utilizar o termo cooperativismo do que economia solidária, quando se pretende evocar uma diferenciação na forma de gestão da propriedade e divisões dos resultados.

O conceito de economia solidária, considerado importante na idéia de desenvolvimento territorial, apresenta sérios problemas procedimentais, assim como a noção de desenvolvimento multidimensional, participativa e descentralizada, na maioria das vezes, não se verifica empiricamente, como exemplificam os trabalhos de Germani (2010)<sup>9</sup> e Freitas (2009)<sup>10</sup>. Para Favareto (2010), apesar das inovações introduzidas, de maneira geral, no âmbito dessa política implementada

pelo MDA, não houve mudanças institucionais compatíveis com a “nova” abordagem do desenvolvimento. Para o autor, o desejo de alcançar a coesão social é mais um intento do que uma realidade concretamente manifestada. O adjetivo territorial é dessa forma incorporado por adição e não devido a uma mudança institucional, pois constata-se um tipo de “inovação por adição” no vocabulário, no discurso e nas políticas de órgãos governamentais.

### Considerações finais

Operacionalmente, a política de desenvolvimento territorial do Estado brasileiro apresenta um forte pragmatismo e conforme sinalizaram algumas pesquisas, é uma forma do Estado fazer uso de termos que indicam solidariedade, tal como economia solidária, para garantir legitimidade científica e política aos seus intentos. Esse cenário torna o estreitamento do Estado com a Sociedade Civil no Território do Sisal uma relação eminentemente perigosa, fazendo-se necessário refletir acerca dessa aparente confluência desses segmentos.

Os conceitos utilizados e difundidos pelas políticas públicas de desenvolvimento territorial influenciam a produção de novas realidades, na medida em que a sociedade lhes atribui significado social e político, e conseqüentemente, age e desdobra relações sociais a partir dessa dinamicidade dialógica (teoria-empíria). No Território do Sisal, a incorporação dos conceitos tratados neste trabalho, tem repercutido nas práticas dos que aqui chamamos de coletivos sociais organizados. Entretanto, esse complexo processo de aproximação estreita Estado-sociedade, manifestado nesse Território, pode obnubilar os conflitos e subverter a luta e a própria lógica dos movimentos sociais.

<sup>9</sup> Germani reflete sobre o processo de territorialização de luta pela terra na Bahia e conclui que a política de desenvolvimento territorial, fundamentada na visão integradora do espaço e das políticas públicas, na realidade defende a territorialização do capital, camuflando o conflito territorial na busca do consenso.

<sup>10</sup> Freitas (2009) analisou a questão da (Reforma) Agrária no contexto da Política de Desenvolvimento Territorial Rural, tendo como recorte analítico o Território Litoral Sul da Bahia. Neste estudo, a autora aponta que o viés economicista do acesso aos recursos públicos vem determinando a essência da ação política, ainda que esta seja legitimada no imaginário social pelo discurso da participação democrática.

## Referências

ARAÚJO, et al. **Avaliação das políticas públicas de economia solidária**: relatório final. Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005.

COELHO NETO, A. S. Emergência e atuação das redes de coletivos sociais organizados no Território do Sisal. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Orgs.). **(Geo) grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

CUNHA, L. H.; PAULINO, J. S.; MENESES, V. F. O uso da idéia de território nas políticas públicas para o mundo rural como estratégia de modernização. **Anais do XIV CISO** – Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Recife, n.1, 2009, p.1-19.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, n.5, p. 139-164, 2004.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou ‘inovação por adição’? **Estudos Avançados**, n. 24, p. 299-319 2010.

FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio Século XXI**: O minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREITAS, H. I. de. **A questão (da reforma) agrária e o desenvolvimento territorial rural no litoral sul da Bahia**. 2009. 215 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GERMANI, G. I. Questão agrária e movimento sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Orgs.). **(Geo) grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

MANCE, E. A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-

capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MDA. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Documentos Institucionais, n. 01. Brasília: MDA/SDT, 2005a.

MDA. **Marco referencial para apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais**. Documentos Institucionais, n. 02. Brasília: MDA/SDT, 2005b.

MDA. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Documentos Institucionais, n. 03. Brasília: MDA/SDT, 2005c.

PAULI, J. Desenvolvimento e Economia Solidária: aproximações e limites. 2009. In: Associação de Estudos Latino-Americanos, junho de 2009. Disponível em <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-apers/lasa2009/files/PauliJandir.pdf>. Acesso em 10.08.2011.

SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, A. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária: geração de renda e alternativas ao neoliberalismo. **Proposta**, n. 72, p. 6-13, 1997.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002.

VAINER, C. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, G. (Org.). **Sindicalismo e Cooperativismo**: a economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho. Rio de Janeiro: Unitrabalho, 2000.

VASCONCELOS, T. A. C. de. A economia solidária na construção social do desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, A. C.; FILHO, N. A. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial**: Segurança Alimentar e Economia Solidária. São Paulo: Editora Alínea, 2007.